

continuação

CEB GERAÇÃO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

PERSPECTIVAS E INVESTIMENTOS

Em 2017 foram feitos alguns importantes investimentos e iniciados outros para serem concluídos em 2018:

Realizadas análises e laudos da tubulação de adução e do conduto forçado da PCH Paranoá;

Finalizado o Plano de Segurança da Barragem do Paranoá;

Finalizada a reforma da chaminé de equilíbrio, com troca de chapas, isolamento em epóxi, refazimento das soldas e pintura;

Iniciada reforma/modernização das válvulas borboletas;

Iniciada reforma das estruturas do vertedouro.

Também mantivemos as atividades em relação à Controladora CEB e em relação ao meio ambiente:

Apoio à controladora Companhia Energética de Brasília - CEB nos assuntos institucionais, em especial aqueles relacionados com o Poder Concedente e às Associações de Classe;

Preservação das matas ciliares e nativas na área da PCH Paranoá por meio vigilância e conservação nas proximidades da PCH.

AGRADECIMENTOS

A Administração da CEB Geração S/A agradece à Companhia Energética de Brasília - CEB pelo apoio e confiança recebidos no exercício de 2017. Aos clientes e fornecedores, nosso reconhecimento pela parceria respeitosa e dinâmica construída, que contribuiu para o alcance dos resultados apurados. Em especial, a empresa agradece aos seus colaboradores, pelo empenho e dedicação determinantes para o atingimento dos objetivos da empresa.

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	2017	2016	PASSIVO	Nota	2017	2016
Ativo Circulante		5.837	8.711	Passivo Circulante		2.316	3.029
Caixas e Equivalentes de Caixa	4	3.451	6.113	Fornecedores	12	341	889
Caixa		1	2	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	52	56
Equivalentes de Caixa		3.450	6.111	Benefício pós-emprego	14	6	6
Concessionários e Permissionários	5	1.477	1.696	Tributos	15	224	309
Serviços em curso	6	20	8	Provisões para Contingências	16	1	1
Tributos Compensáveis	7	39	39	Dividendos a pagar	17	0	162
Depositos Judiciais e Cauções		0	10	Encargos Setoriais	18	1.164	989
Despesas pagas antecipadamente	8	845	845	Provisão para Uso do Bem Público	19	369	359
Outros Ativos Circulantes		5	0	Partes Relacionadas	20	159	256
				Outros Passivos Circulantes		0	2
Ativo Não Circulante		8.430	9.219	Passivo Não Circulante		507	866
				Provisão para Uso do Bem Público	19	507	866
				Patrimônio Líquido	21	11.444	14.035
				Capital Social		7.575	7.575
				Capital Subscrito		7.575	7.575
Despesas Pagas Antecipadamente	8	1.268	2.113	Reservas de Lucros		2.298	2.298
Bens e Atividades não Vinculadas á concessão	9	519	0	Reserva Legal		1.515	1.515
Imobilizado	10	5.641	5.698	Reserva de Retenção de Lucros		783	783
Intangível	11	1.002	1.408	Dividendo Adicional Proposto		1.571	4.162
Total do ativo		14.267	17.930	Total do passivo		14.267	17.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	Capital Social		Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízo)	Dividendo a	
	Capital Subscrito	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Acumulados	disposição da AGO	Total
2015	7.575	1.515	783	0	3.729	13.602
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	(3.729)	(3.729)
Lucro do exercício	-	-	-	8.324	-	8.324
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	(8.324)	4.162	(4.162)
2016	7.575	1.515	783	0	4.162	14.035
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	(4.162)	(4.162)
Lucro do exercício	-	-	-	6.571	-	6.571
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir	-	-	-	(6.571)	1.571	(5.000)
2017	7.575	1.515	783	0	1.571	11.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
Entradas:		
Recebimento pela Venda de Energia Elétrica	19.776	16.387
Recebimento de Juros sobre Aplicação Financeira	472	728
Outros Recebimentos	-	735
Total de Entradas	20.248	17.850
Saídas:		
Operações com Energia Elétrica	(733)	(968)
Fornecedores de Materiais e Serviços	(3.555)	(2.803)
Salários, Remuneração e Encargos	(2.439)	(2.388)
Recursos Hídricos	(319)	(472)
Doações, Contribuições e Subvenções	(14)	(20)
Pagamento de Impostos	(2.060)	(1.982)
Encargos setoriais	(410)	(236)
Compra de Energia de Curto Prazo	(3.450)	-
Outros	(76)	(25)
Total de Saídas	(13.056)	(8.894)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	7.192	8.956
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Entradas/Saídas:		
Aquisição de Imobilizado	(530)	(170)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(530)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Saídas:		
Distribuição de Juros s/ Capital Próprio e Dividendos	(9.324)	(9.161)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(9.324)	(9.161)
Variação Líquida de Caixas e Equivalentes	(2.662)	(375)
SALDO DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	3.451	6.113
SALDO DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	6.113	6.488
AUMENTO DO SALDO LÍQUIDO DE CAIXA	(2.662)	(375)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	Nota	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22.1	20.390	15.101
CUSTO COM ENERGIA ELETRICA	22.2		
Energia de Curto Prazo		(6.516)	(845)
Custo de Uso da Rede Elétrica		(687)	(991)
Contribuições de Agente		(11)	(12)
		(7.214)	(1.848)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		13.176	13.253
DESPESAS OPERACIONAIS	22.3		
Material		(35)	(40)
Serviços de Terceiros		(3.428)	(3.192)
Tributos		(48)	(46)
Depreciação		(282)	(365)
Amortização		(406)	0
Pessoal		(1.538)	(1.792)
Administradores		(634)	(886)
(-) Recuperação de Despesas		286	1.901
Gastos Diversos		(15)	(436)
		(6.100)	(4.856)
RESULTADO DO SERVIÇO		7.076	8.397
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	22.4		
Receitas Financeiras		593	762
Despesas Financeiras		(257)	(92)
RESULTADO FINANCEIRO		336	670
RESULTADO DO SERVIÇO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	22.5		
		7.412	9.067
Contribuição Social		(286)	(247)
Imposto de Renda		(555)	(496)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		6.571	8.324
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,87	1,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2017	2016
Geração de Riqueza		
Receita Operacional (Receita bruta de vendas de energia e serviços)	21.520	16.486
Suprimento de energia	17.389	15.550
CCEAL	17.389	9.935
MCSD	-	5.615
Energia de Curto Prazo	4.131	936
(-) Insumos (insumos adquiridos de terceiros: compra de energia, material, serviços de terceiros, etc.)	(10.802)	(3.602)
Resultado Não Operacional	-	-
= Valor Adicionado Bruto	10.718	12.884
(-) Quotas de Reintegração (depreciação, amortização)	(282)	(365)
= Valor Adicionado Líquido	10.436	12.519
+ Valor Adicionado Transferido (receitas financeiras, resultado da equivalência patrimonial)	593	762
= Valor Adicionado a Distribuir	11.029	13.281
Distribuição da Riqueza – Por Partes Interessadas		
Empregados (Empregados e Administradores)	2.172	2.678
Governo (Impostos, Taxas E Contribuições)	48	47
Financiadores (Despesa financeira, empr. e financ.)	257	92
Acionistas (Lucro Líquido)	6.571	8.324
= Valor Adicionado Distribuído (Total)	9.048	11.141
Distribuição da Riqueza – Governo e Encargos Setoriais		
Tributos/Taxas/Contribuições	1.627	1.345
PIS/PASEP	140	107
COFINS	646	495
IRPJ do exercício	555	496
CSLL a pagar do exercício	286	247
Encargos Setoriais	354	795
RGR	7	76
Contribuições de Agentes - CCEE	11	12
CFURH	306	512
TFSEE	30	55
P&D	-	140
= Valor Distribuído (Total)	11.029	13.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

CEB GERAÇÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A CEB GERAÇÃO S/A (“Companhia”), cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº. 2.648, de 26/12/2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB, regida pela Lei 6.404/76. Em 12 de janeiro de 2006 foi formalizada a desverticalização da CEB e, sob as disposições da Resolução Autorizativa ANEEL nº 318, de 14.09.2005, foi dada autonomia e independência à CEB GERAÇÃO. A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia. Em 16 de novembro de 2016 a Aneel alterou o regime de exploração da Usina do Paranoá, de serviço público para produção independente de energia, e a enquadrou como Pequena Central Hidrelétrica - PCH. O Contrato de Concessão 001/2016 de Uso de Bem Público para geração de energia elétrica estabelece o pagamento anual do uso do bem público. Essa alteração ainda resultou em desconto de 50% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD e em isenção dos encargos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Reserva de Reversão Global - RGR.

2 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Práticas Contábeis Gerais: Instrumentos Financeiros:

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em passivos financeiros, não mensurados a valor justo e ativos financeiros classificados como destinados à negociação são ajustados ao seu valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou recebíveis são contabilizados ao custo amortizado acrescido dos rendimentos, ajustado ao valor provável de realização quando este for menor. Os passivos financeiros não mensurados a valor justo são avaliados ao custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros calculados pro-rata temporis. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e outros ativos circulantes. O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia é *provedores*. **Caixa e equivalentes de caixa:** As contas caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado. **ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão:** Esta Interpretação define a forma de contabilização dos ativos de concessões quando atendidas determinadas condições. O entendimento da Companhia é de que esta Interpretação não se aplica nesta concessão. **Concessionárias e Permissionárias:** Incluem a geração da energia elétrica faturada, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e renegociação de dívidas, quando aplicável. **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear. **Intangível:** Os ativos intangíveis da Companhia compreendem ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente pela taxa de 20% a.a. **Redução ao valor recuperável de ativos:** A empresa avaliou o poder de recuperabilidade da PCH - Paranoá, ativo de titularidade da CEB Geração conforme estabelecido no CPC -01 elaborado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para estimar o valor em uso do ativo foi utilizada a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado. Tal metodologia consiste na estimativa dos fluxos de caixa esperados que são então descontados a uma dada taxa que reflita o custo de capital do empreendedor. Nos resultados obtidos, é possível destacar que a PCH - Paranoá gera fluxo de caixa suficiente para remunerar a adequadamente considerando as taxas mínimas de atratividade estabelecidas. Portanto, podemos concluir que o valor alocado na conta de ativos imobilizado para a PCH reflete o seu valor justo e os ativos não estão registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado. **Passivo Circulante e Não Circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real ou legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados:** Os custos associados ao plano de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Fundação CEB de Seguridade Social - FACEB são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes são registrados em conformidade com a Deliberação CVM n 371/2000. **Apuração do Resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todas as concessionárias e permissionárias é efetuado mensalmente de acordo com a disponibilização dos valores pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. **Estimativas Contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração se baseie em estimativas e seu julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações nas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e julgamento da Administração. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de provisão para contingências. **Receitas e despesas:** Incluem os juros, variações monetárias incidentes sobre os direitos e obrigações sujeitos à atualização monetária até a data das demonstrações financeiras. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do período. **Lucro por ação:** É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data das demonstrações financeiras. **Demonstração do valor adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais. **2.2 Práticas Contábeis Regulatórias:** **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD:** A Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para cré-

ditos de liquidação duvidosa, considerando não haver risco de perdas com estes créditos. **Imobilizado:** i. Ativo Imobilizado em Serviço - AIS: • Bens e Instalações em função do serviço concedido: Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço. • Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço das concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor elétrico, conforme tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE (Vide nota explicativa nº 10). Referidas taxas foram avaliadas pela Companhia, tendo concluído que as mesmas refletem a vida útil do seu ativo imobilizado. ii. Ativo Imobilizado em Curso - AIC: Bens e instalações em formação ou construção. • Rateio de Administração Geral (RAG): É a transferência para as Ordens em Curso da parcela registrada na Administração Central que indiretamente trabalhou para o investimento. O valor é calculado em até 10% da apropriação de Pessoal e de Serviço de Terceiros nas Ordens em Curso. • Encargos Financeiros: Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, e na Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011, os juros, variações monetárias e encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo. **Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, definidos pela CCEE, estão reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações fornecidas por aquela entidade e/ou por estimativa, quando essas informações não estão disponíveis. **2.3 Bases de preparação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda usual da Companhia, com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, em aderência nas normas emitidas pelo “International Financial Reporting Standards” - IFRS. No caso específico destas informações foi adotado o IAS - “International Accounting Standards” nº 34, que reflete o pronunciamento técnico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 21 (R1) que trata das demonstrações. A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC pelo método direto nos termos da CPC 03 (R2). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o líquido das atividades operacionais nota nº 24. A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado - DVA nos termos da CPC 09, como parte integrante das demonstrações financeiras. A CEB Geração avaliou os eventos subsequentes até 19 de janeiro de 2018, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia.

3 - DAS CONCESSÕES

O empreendimento do Paranoá foi enquadrado como PCH, permitindo que a ele fossem conferidos os benefícios previstos na legislação pertinente para esse tipo de central geradora.Foi assinado em dezembro de 2016 o novo Contrato de Concessão nº 001/2016-Aneel, na qual a CEB Geração pode atuar como Produtora Independente de Energia. A Usina Termelétrica Brasília deu-se o término contratual da concessão, no dia 07/07/2015, o processo de caducidade pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (ofício 661/2015-SCG/ANEEL) deveu-se a vários fatores: projeto da década de 50, custo de energia mais caro do Brasil, ausência de peças, questões ambientais e não foi mais despachada pelo Operador do Sistema Nacional - ONS desde 2009, sendo até retirada do quadro de Usinas disponíveis à ONS. Os ativos dessa Usina estão sendo avaliados visando sua desmobilização.

Usinas	Potência instalada	Localização	Operação
PCH - Paranoá	30 MW	Rio Paranoá - DF	Ativa
Usina Termelétrica de Brasília	10 MW	SIA - Trecho 4, Lote A - Brasília - DF	Inativa

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados por aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB de curto prazo. O valor desses instrumentos, reconhecidos nestas Demonstrações finan-

ceiras se aproxima ao de valor de mercado, mediante comparação de taxas de juros contratuais com as taxas de juros prevalecentes no mercado em operações similares na data e estão compostas como se segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Banco	1	2
Aplicações Financeiras		
BRB - CDB	2.362	2.268
Bradesco - CDB	1.088	3.843
Equivalentes de Caixa	3.450	6.111
TOTAL	3.451	6.113

5 - CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

O saldo das contas a receber de Concessionários e permissionários em 31 de dezembro de 2017 é decorrente da energia vendida no último mês.

	31/12/2017	31/12/2016
Concessionárias e Permissionárias	1.477	1.696

6 - SERVIÇOS EM CURSO

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços em curso	20	8

Refere-se à aplicação no Projeto de Gestão do Programa de P&D, pois apesar de não mais obrigada a reconhecer a obrigação mensalmente, há obrigatoriedade de aplicação do saldo existente.

7 - TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

O saldo da conta é decorrente de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar de Exercícios anteriores.

8 - DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do risco hidrológico, estabelecida através da Lei nº 13.203/2015, regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, a Companhia transferiu parte deste risco para os consumidores, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Companhia aderiu o produto SP-100 e o valor total do prêmio é de R\$ 3.803.

O valor de R\$ 2.113 em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$ 845 no Ativo circulante e R\$ 1.268 no Ativo não circulante (R\$ 2.958 - 31/12/2016, R\$ 845 no Ativo circulante e R\$ 2.113 no Ativo não circulante) é decorrente do crédito instituído pela Resolução ANEEL nº 684/15 para fazer frente às perdas do ano de 2015 e que será utilizado para compensação do prêmio de seguro a pagar da Repactuação do Risco Hidrológico até 29 de abril de 2020, data final da concessão. O saldo foi apurado de acordo com o Anexo II da Referida resolução ANEEL e está sendo amortizado linearmente no resultado.

9 - BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

Em novembro de 2017 os bens da UTE Brasília foram reclassificados como Bens não vinculados à concessão conforme autorizações da ANEEL e do MME, utilizando-se da Resolução Normativa nº691/2015. Esses bens estão são registrados ao custo de aquisição e deduzidos da depreciação calculada até a outubro 2011 devido a suspensão de operação comercial da usina conforme Despacho nº 4.204 de 25/10/2011 - ANEEL.

Descrição	Taxa	Valor de	Depreciação	Imobilizado
		Aquisição	Acumulada	Líquido em 31/12/2017
Terrenos	-	18	-	18
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2% a 4%	14	-3	11
Maquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	3.526	-3.070	456
Sistema De Transmissão De Conexão				
Maquinas e Equipamentos	2,86% a 4%	46	-12	34
Total		3.604	-3.085	519

10 - IMOBILIZADO

Os bens estão registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, revisado pela Resolução Normativa ANEEL nº. 674, de 11 de agosto de 2015.

Movimentação do Imobilizado						
Descrição	Taxa	Imobilizado	Adições	Transfe-rências em	Depre-ciação em	Ajuste de Depreciação em 31/12/2017
		Líquido em 31/12/2016				
Terrenos	-	18	-	-18	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	981	-	-	-42	939
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2% a 4%	1.957	525	-11	-92	2.382
Maquinas e Equipamentos	2,5% a 16,67%	1.900	5	-456	-118	1.535
Veículos	14,29%	1	-	-	-1	0
Móveis e Utensílios	6,25%	92	-	-	-9	83
Sistema De Transmissão De Conexão						
Maquinas e Equipamentos	2,86% a 4%	321	-	-34	-20	274
Imobilizado Em Curso						
Maquinas e Equipamentos		428	-	-	-	428
Edificações		0	-	-	-	-
Total do Imobilizado		5.698	530	-519	-282	214

O total do imobilizado, R\$ 5.641 mil (líquido da depreciação acumulada) são decorrentes, em sua maioria, da transferência de ativos da CEB no processo de desverticalização ocorrido em 12 de janeiro de 2006. O valor do saldo do Imobilizado em Curso - R\$ 428 mil, até o mês de dezembro de 2017, refere-se aos serviços com projetos de modernização da PCH Paranoá.

continua

continuação

11 - INTANGÍVEL				
Movimentação do Intangível				
		Intangível		Intangível
		Tx	Líquido em	Líquido em
Descrição	Amortização	31/12/2016	em 31/12/2017	31/12/2017
Softwares	20%	184	-47	137
Uso do Bem Público	(A)	1.224	-359	865
		1.408	-406	1.002

(A) o valor de UBP, será amortizado durante todo o período da concessão.

12- FORNECEDORES				
		31/12/2017		31/12/2016
Fornecedores		341		889

Referem-se substancialmente, a valores devidos de fornecedores de materiais e serviços.

13 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS				
		31/12/2017		31/12/2016
Encargos		52		56

Representam os valores provisionados de salários, tributos e encargos sociais sobre folha de pagamento.

14 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO				
		31/12/2017		31/12/2016
Benefício Pós- emprego		6		6

Trata-se do valor da contribuição da parcela do empregador à entidade de previdência privada em benefício dos seus diretores.

15 - TRIBUTOS				
		31/12/2017		31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ		72		112
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL		55		58
PIS		10		10
COFINS		44		45
INSS Pessoa Jurídica		17		16
IR/ CSRF		22		65
ISS		4		3
TOTAL		224		309

Os Tributos estão compostos pelos valores devidos do IRPJ e da CSLL relativos ao 4º trimestre, pelas contribuições sociais para o PIS, COFINS e os impostos e contribuições retidos dos fornecedores de serviços.

16 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS				
16.1 Provisão para Contingências				
		31/12/2017		31/12/2016
Provisão de Contingência Cível		1		1

Processo: 0019156-32.2016.4.01.3400 - Ação ordinária com pedido de antecipação de tutela objetivando resguardar as autoras dos ônus financeiros decorrentes das decisões judiciais que limitam o fator GSF em favor de terceiros. Após as adesões da CEB Geração S.A. e outras empresas do mesmo grupo econômico à repactuação do risco hidrológico ocorrida em 2015, ocasião em que ocorreram as desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração, alguns outros agentes do mercado não procederam da mesma forma. Essa opção manteve suas judicializações que os isentavam do rateio do pagamento de valores discutidos em outras liminares, situação que provocou nova exposição daqueles agentes que tinham optado pela mencionada repactuação, como a CEB Geração. Em decorrência dessa nova exposição, com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi ajuizada uma ação que resultou no deferimento “Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela”, em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que é possível a perda deste assunto.

17 - DIVIDENDOS A PAGAR				
		31/12/2017		31/12/2016
Dividendos Propostos		0		162

18 - ENCARGOS SETORIAIS				
		31/12/2017		31/12/2016
Recursos Hídricos		108		119
P & D		1.056		865
Taxa de Fiscalização ANEEL		0		5
TOTAL		1.164		989

Referem-se aos valores devidos Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CMPFRH, valores retidos e não utilizados nos programas de P & D, que são remunerados pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, até a sua efetiva aplicação nos projetos, bem como a Taxa de Fiscalização ANEEL fixada através de despacho.

19 - PROVISÃO PARA USO DO BEM PÚBLICO				
		31/12/2017		31/12/2016
Provisão UBP - (Curto Prazo)		369		359
Provisão UBP - (Longo Prazo)		507		866

Refere-se à constituição de provisão do UBP no curto e no longo prazo, em conformidade com o Contrato de concessão nº 001/2016 e Resolução Autorizativa/ ANEEL nº 6.120 de 16/11/2016, que será amortizado até o final da concessão.

20 - PARTES RELACIONADAS				
		PERÍODO DA		
		TRANSAÇÃO	PASSIVO	DESPESA
Custo de Uso da Rede Elétrica - CUSD (A)	31/12/2017	52	(687)	
Pessoal Requisitado - CEB Distribuição (A)	31/12/2017	107	(1.538)	
TOTAL		159	2.225	

CEB GERAÇÃO S.A.

(A) Valores devidos à CEB Distribuição S/A, decorrentes do uso da rede elétrica e de pessoal requisitado.

21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social				
O Capital Social subscrito da Companhia está dividido em 7.575.212 Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da CEB.				
				RS mil
Lucro				6.571
Dividendos				6.571
Dividendos Intercalares (-)				(5.000)
Dividendos Adicionais Propostos				1.571
Reserva Legal: A Constituição da Reserva Legal atingiu o limite de 20% do capital social, segundo o art.193 da Lei 6.404/76. Dividendos Intercalares: Em 21 de julho de 2017 conforme Resolução de Diretoria nº 018 e seguindo o disposto no Estatuto Social da Companhia arts. 6º, 7º, 8º, e 18º e 50º, a Assembleia Geral Extraordinária da CEB Geração, atendendo à solicitação do seu acionista único, antecipou o pagamento de dividendos relativos ao saldo contábil apresentado no 1º semestre do exercício de 2017 no valor de R\$ 5.000 mil.				

22 - RESULTADO DO EXERCÍCIO				
		31/12/2017		31/12/2016
Receita bruta de vendas de energia		21.520		16.486
Contrato de Compra de Energia no ambiente Livre - CCEAL		17.389		9.935
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D		0		5.615
Energia de Curto Prazo		4.131		936
(-) Contribuições sociais sobre faturamento		(786)		(602)
(-) Encargos Setoriais		(344)		(783)
TOTAL		20.390		15.101

22.1.1 Contratos CCEAL: Demonstra a comercialização de energia elétrica no período, calculada a partir dos contratos firmados no âmbito de Ambiente Livre - CCEAL. São dois contratos firmados que comercializam 11 MW médios para duas comercializadoras de energia com período de fornecimento entre 01/01/2017 e 30/09/2019. Estes contratos são reajustados anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. 22.1.2. Energia Elétrica de Curto Prazo: A Companhia liquida parte de sua energia gerada no Mercado de Curto Prazo - MCP, ou mercado SPOT. O MCP é valorado ao Preço da Liquidação das Diferenças - PLD. Participa ainda do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE que visa mitigar os riscos de geração inerentes ao setor, onde o mecanismo cede energia à geradora participante, em momentos de queda na geração própria, assim como recebe energia da geradora em momentos de geração excedente. Em dezembro de 2017, a CEB Geração ficou devedora no mercado SPOT. 22.1.3. Impostos e contribuições sobre a receita: A Companhia optou pelo regime de tributação pelo Lucro Presumido e, por força da legislação vigente, recolheu as contribuições para o PIS e a COFINS com base no regime da Cumulatividade. 22.1.4. Encargos Setoriais:

		31/12/2017		31/12/2016
Quota da Reserva Global de Reversão - RGR		7		76
P & D		0		140
CMPFRH		306		512
Taxa de Fiscalização		31		55
TOTAL		344		783

Referem-se aos encargos do consumidor a recolher, fixados anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativamente à RGR, recurso destinado à P & D, custo com vistas a efetuar a compensação financeira pela utilização do manancial de recursos hídricos da região e encargo cobrado pela ANEEL de todos os concessionários, permissionários e autorizados do serviço de energia elétrica e que se constitui uma das receitas daquela Agência foram registrados como deduções das vendas, conforme dispõe o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. 22.2. Custo com Energia Elétrica:

		31/12/2017		31/12/2016
Energia de Curto Prazo		6.516		845
Custo de Uso da Rede Elétrica		687		991
Contribuições de Agente		11		12
TOTAL		7.214		1.848

22.2.1. Energia de Curto Prazo: A apuração do mercado de curto prazo pode ser definida como a contabilização das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratadas pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As principais variáveis que impactam no resultado da Liquidação Financeira do MCP são o PLD e o Ajuste do MRE ou GSF. As condições meteorológicas verificadas no início de 2017 levaram a excedente de energia no âmbito do Condomínio do Sistema-MRE, o que, atrelado a uma elevação do PLD resultou em crédito nas liquidações financeiras para a CEB Geração nos primeiros meses do ano. Contudo, o quadro sofreu variação significativa com a elevação do déficit hídrico (Ajuste do MRE) a patamares equivalentes a 40% nos meses seguintes, de julho a novembro. A combinação destes fatos, elevação do PLD e agravamento do GSF, levaram a uma maior exposição financeira no Mercado de Curto Prazo no ano de 2017. 22.2.2. Custo de Uso da Rede Elétrica: Por ser assegurado à CEB Geração o acesso de suas instalações ao Sistema de Distribuição na condição de produtora independente de geração de energia elétrica (Contrato de Concessão nº 001/2016), de acordo com o art. 15, § 6º da Lei nº 9.074/95, a Companhia firmou contrato com a CEB Distribuição S.A. para o uso da sua rede elétrica. 22.3. Despesas Operacionais:

		31/12/2017		31/12/2016
Material		35		40
Serviços de Terceiros		3.428		3.192
Tributos		48		46
Depreciação		282		365
Amortização		406		0
Pessoal		1.538		1.792
Administradores		634		886
(-) Recuperação de Despesas		(286)		(1.901)
Gastos Diversos		15		436
TOTAL		6.100		4.856

22.3.1. Serviços de Terceiros: Os contratos de manutenção e operação das instalações da usina (R\$ 2.203 mil), Vigilância (R\$ 378 mil) e os demais valores pulverizados. 22.3.2. Pessoal: Representam os custos com Aviso de Débito - AVD de pessoal requisitado da CEB Distribuição. 22.3.3. Administradores: Representam os custos com honorários e encargos da Diretoria e Conselho Fiscal.

		31/12/2017		31/12/2016
Remuneração Diretores		376		552
Gratificação Diretoria		32		45
INSS		83		119
FGTS		33		48
Remuneração Conselho Fiscal		61		54
Contribuição Previdenciária - FACEB		49		68
TOTAL		634		886

22.4. Receitas (Despesas) Financeiras:

		31/12/2017		31/12/2016
Receitas		593		762
Despesas		(257)		(92)
TOTAL		336		670

As receitas auferidas pela Companhia são decorrentes das aplicações realizadas. As despesas financeiras por sua vez, são decorrentes da atualização monetária de impostos, despesas bancárias e tributos incidentes sobre operações. 22.5. Provisões sobre o Resultado do Exercício: Em 2006, a Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido. Os Valores apurados estão demonstrados nos quadros abaixo:

		31/12/2017		31/12/2016	
Descrição		IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas de Suprimento		21.520	21.520	16.486	16.486
Outras Receitas		593	593	762	762
Alíquota		8%	12%	8%	12%
Base de Calculo		2.315	3.175	2.081	2.740
Alíquota Aplicável		15%	9%	15%	9%
		347	286	312	247
Adicional 10%		208		184	
TOTAL		555	286	496	247

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS				
Em atendimento à Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 38, 39, 40, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • Caixa e Equivalentes de caixa - são classificados como destinados à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. • Concessionários e Permissionários - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Energia de Curto Prazo - A Companhia liquida parte de sua energia gerada no Mercado de Curto Prazo - MCP, valorado ao Preço da Liquidação das Diferenças - PLD são classificados como recebíveis.				
24. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS				
Conciliação do Lucro do período com o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
		31/12/2017		31/12/2016
Resultado do exercício/período		6.571		8.324
Ajustes para conciliar o resultado com o valor das disponibilidades geradas (aplicadas)				
Depreciação		282		365
Amortização		47		0
Ajustes/ Baixas Inventário		(214)		(1.474)
Outros		(1)		3
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) Redução Contas a Receber		212		-182
(Aumento) Redução Realizável de Longo Prazo		845		1.690
Aumento (Redução) em fornecedores e outras contas		-465		201
Aumento (Redução) Tributos		-85		29
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais		7.192		8.956

25. QUESTÕES AMBIENTAIS				
A Companhia pautou sua conduta pela preservação do Meio Ambiente e respeito à legislação ambiental, cujas ações voltadas para a sustentabilidade são diversas e cada vez mais arraigadas ao negócio da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, dentre as ações voltadas à preservação do meio-ambiente destacam-se: - Continuidade do Programa de Visitas Monitoradas às Instalações da PCH - Paranoá. A CEB Geração recebe visitantes durante todo ano. Os principais públicos são as escolas públicas, as Universidades e as escolas privadas, além de órgãos públicos como a ANEEL e Eletronorte. - Mantido o programa de coleta seletiva do lixo gerados internamente na Companhia, com a permanente conscientização dos empregados e colaboradores da empresa. - Manutenção da política de manter a cota do Lago do Paranoá em níveis que permitam o uso múltiplo do reservatório, contribuindo com o paisagismo, a unidade da cidade e regulando as cheias a jusante da barragem. - Ações de divulgação dos aspectos ambientais e da operação das usinas, durante as frequentes entrevistas para órgãos da imprensa escrita e televisada. A Companhia realizou a contratação, por meio de licitação, da empresa Fractal Engenharia Meio Ambiente e Inovação para a elaboração do Plano de Segurança da Barragem do Paranoá e do Plano de Ação de Emergência, para avaliar a segurança da estrutura e orientar a população quanto aos riscos envolvidos na operação da barragem.				
Brasília, 31 de Dezembro de 2017.				
Paulo Afonso Teixeira Machado		José Henrique de Oliveira Vilela		
Diretor-Geral		Diretor		
Renata Rosa Ribeiro				
Contadora - CRC 021789/O-6 D				

continua

continuação		CEB GERAÇÃO S.A.		
Diretoria Executiva		Conselho Fiscal		
Paulo Afonso Teixeira Machado	José Henrique de Oliveira Vilela	Luiz Reis de Mello	Edmond Fernando Santiago	Wolney Arruda
Diretor-Geral	Diretor	Presidente		
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
Aos Administradores e Acionistas da CEB Geração S.A. Brasília - DF Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CEB Geração S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Geração S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfases: Das Concessões: Conforme nota explicativa nº 3, o empreendimento PCH - Paranoá, foi enquadrado como Pequena Central Hidrelétrica, conforme Contrato de Concessão nº 001/2016-Aneel, a CEB Geração pode atuar como Produtora Independente de Energia. Quanto a Usina Termelétrica Brasília o término contratual da concessão, deu-se em 07 de julho de 2015, os ativos dessa Usina estão sendo avaliados visando sua desmobilização. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos. Partes Relacionadas: De acordo com o divulgado na nota explicativa nº 20, a Companhia possui transações com partes relacionadas, decorrentes do uso de rede elétrica e de pessoal requisitado do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Consequentemente, o resultado de suas operações poderia ser diferente daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. Outros assuntos: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31.12.2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executada em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo esta de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 -Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Brasília, 19 de janeiro de 2018. Maciel Auditores S/S 2CRC RS 5.460/O-0 - T - SP Roger Maciel de Oliveira 1CRC/RS 71.505/O-3 - “T” - SP - Responsável Técnico Luciano Gomes dos Santos 1CRC/RS 059.628/O-2 - “S” - SP - Responsável Técnico 				
PARECER DO CONSELHO FISCAL				
O Conselho Fiscal da CEB Geração S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2017, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Maciel Auditores S/S, emitido sem ressalvas em 19.01.2018, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício de 2017. Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Geração S/A. O Conselho Fiscal verificou não existirem, nos registros contábeis da Companhia apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Empresa, até a presente data. Brasília, 20 de março de 2018. Luiz Reis de Mello - Edmond Fernando Santiago - Wolney Arruda				